

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIMONE DE LIMA SEWALD

LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA

CURITIBA, 2015

SIMONE DE LIMA SEWALD

LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de especialização em Relações Étnico Raciais, Setor do NEAB, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Mestre Fabíola Beatriz Franco Souza

CURITIBA, 2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SIMONE DE LIMA SEWALD

LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Educação das Relações Étnico-raciais no curso de especialização, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Mestre Fabiola Beatriz Franco Souza

Orientadora - Setor de Educação das Relações Étnico Raciais da Universidade Federal, UFPR.

Prof. Mestre

Setor de Educação das Relações Étnico Raciais da Universidade Federal,
UFPR

Prof. Dr.

Departamento do NEAB – Núcleo de estudos Afro Brasileiros, UFPR

Curitiba, setembro de 2015

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema a análise de uma coleção de livro didático de história escolhidos pelo processo do PNL 2013, 2014 e 2015, de uma escola pública no município de Almirante Tamandaré, tendo como caminho trilhado a Lei 10.639/2003. Investiga se o Material didático de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental está em consonância com a lei. O problema que orienta esta pesquisa é: Será que mesmo após 10 anos de promulgação da lei, e mesmo com a análise (suponha-se) rigorosa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, os livros didáticos realmente estão em consonância com a lei? O objetivo geral se define em tecer algumas sobre a queixa dos professores quanto a falta ou escassez do material didático de história atual, em consonância com a inclusão da história e cultura afro-brasileira, recebido por uma escola pública, é pertinente e ainda persiste após 10 anos da promulgação da Lei 10.639/2003. Para este trabalho usou-se a pesquisa bibliográfica descritiva e qualitativa sobre a temática. Os resultados desse estudo apontam ainda para a necessidade de ressignificação de textos e imagens da população negra nos livros didáticos, embora se perceba que a visibilidade da população negra está caminhando para uma construção positiva é preciso que esse contingente populacional seja visto como ativo no processo político, social, cultural e histórico do nosso país que ainda cultiva o mito da democracia racial, e continua vinculando imagens pejorativas ao cotidiano de afrodescendentes sem contextualizar os motivos das condições materiais “inferiores” as dos brancos. Essa pesquisa possibilitou-nos um novo olhar sobre a prática pedagógica, na medida em que se compreende que a escolha de um livro didático é base para um ensino que vise a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Palavras-chave: Livro Didático, cultura Afro-Brasileira, combate ao racismo, educação e raça, Lei 10639/03.

ABSTRACT

This present work features as its theme the analysis of a collection of history textbook chosen by the PNLD process in 2013, 2014 and 2015, from a public school in the city of Almirante Tamandaré, having as its taken path the Law 10.639 / 2003. Investigates if the History teaching material in the initial years of Elementary School is consistent with the law. The problem that guides this research is: Are the textbooks, after 10 years of the promulgation of the law, and after the (supposedly) rigorous analysis of the Ministry of Education and Culture – MEC, really consistent with the law? The general objective is defined by making aware of the complaints of the teachers about the lack or shortage of teaching materials on current history, in accordance with the inclusion of the African-brazilian history and culture, received by a public school, is still relevant and persists after 10 years of the promulgation of the Law 10.639 / 2003. For this study was used a bibliographic descriptive and qualitative research about the theme. The results of this study also shows the necessity of resignification of texts and images of the black population in textbooks, although it is noticed that the visibility of the black population is heading towards a positive construction, its necessary that this population group be seen as an active in the political, social, cultural and historical process of our country that still cultivates the myth of racial democracy, and continues to link derogatory daily life images to African descents without contextualizing the reasons of the “inferior” material conditions to the whites. This research enabled us a new look at the pedagogical practice, as it is understood that the choice of a textbook is the basis of a teaching that aims at the Education of Racial-Ethnic Relations.

Keywords: Textbook, African-Brazilian culture, combating racism, education and race, Law 10639/03.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
2.1. Breve Histórico da Lei.....	09
3 LIVRO DIDÁTICO.....	11
3.1 Racismo no livro didático	15
4. IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA.....	18
5 ANÁLISE DA COLEÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA.....	21
5.1 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 2º ano.....	21
5.2 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 3º ano.....	25
5.3 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 4º ano.....	29
5.4 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 5º ano.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
7 REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar e verificar se realmente a queixa dos professores quanto a falta ou escassez do material didático de história atual, em consonância com a inclusão da história e cultura afro-brasileira, recebido por uma escola pública, é pertinente e ainda persiste após 10 anos da promulgação da lei 10.639/2003.

Dentre os objetivos específicos analisou-se uma coleção de livro didático de história aprovado pelo PNLD, utilizada numa escola pública da região metropolitana de Curitiba, para verificar se aborda, e de que forma aborda a temática afro-brasileira e se está realmente dentro dos parâmetros que a lei 10.639/2003 prevê e identificar se existe algum tipo de conteúdo ou imagem que induza ao menosprezo e inferiorização do negro na história do Brasil.

Realizou-se análise de uma coleção de livro didático de história escolhidos pelo processo do PNLD 2013, 2014 e 2015, de uma escola pública no município de Almirante Tamandaré: Projeto Buriti, editora Moderna. Analisou-se se os livros estão em consonância com a lei 10.639/2003, que estabelece a inclusão da história e cultura afro-brasileira. Adotou-se a metodologia de investigação que enfatiza a descrição, designada pelos autores Borgdan e Biklen por investigação qualitativa:

“...um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa” (BORG DAN e BIKLEN 1994, p.11).

Os pressupostos metodológicos desta pesquisa tem como base esta abordagem qualitativa, pois considera-se a mais propícia e adequada aos objetivos propostos neste trabalho, pois ela permite que se identifique as reais concepções dos sujeitos envolvidos, como afirma Chizzotti:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI 2003, p. 221).

Conforme este conceito o pesquisador interpreta e traduz em um texto os significados patentes do seu objeto de pesquisa, no caso deste trabalho a análise de uma coleção de livros didáticos de história, que será descrita zelosamente, como diz Chizzotti.

Neste caso, o pesquisador é o autor que é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes significado:

Na acepção de Chizzotti, a pesquisa qualitativa permite “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Isso porque “o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado” (CHIZZOTTI, 1998, p. 83).

Os critérios de análise adotados nesta pesquisa foram:

- Abordagem da temática da cultura e história afro-brasileira: como é abordado?
- Quantidade de imagens de pessoas afrodescendentes comparado as de outras origens.
- Comparação da coleção com os critérios do MEC e com a lei 10.639/2003: Estão em consonância?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve Histórico da Lei

A LDB Lei de diretrizes e bases da educação fundamenta e torna obrigatório a inclusão e a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas.

A princípio, no ano de 1996, foi instituído a obrigatoriedade do ensino de história do Brasil, levando em conta as contribuições de diferentes etnias e culturas para formação do povo brasileiro, especialmente as de matrizes indígena, africana e européia.

Doze anos depois, foi alterado e instituído a nova lei ordinária, que prevê:

Lei 11.645/2008: altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". (lei ordinária) 10/03/2008. (BRASIL, 2008).

Porém, não de forma tão explícita quanto a nova lei, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), elaborados no ano de 1997, já contemplavam a inclusão no currículo de história a valorização e conhecimento da pluralidade sociocultural brasileira, como podemos ler claramente num dos objetivos gerais do ensino fundamental para o ensino de história:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como os aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais." (PCNs, 1997, p.5).

Para nortear o cumprimento da legislação, o Conselho Nacional de Educação aprovou em 2004 e o Ministério da Educação (MEC) homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para educação das relações étnico-raciais. Pelas diretrizes, o ensino deve ter três princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Os princípios se desdobram em diversas ações e posturas a serem tomadas pelos estabelecimentos de ensino.

Esses princípios são a base deste trabalho, pois o fortalecimento de identidades e o combate ao racismo e discriminações são objetivos fundamentais desta pesquisa.

A trajetória de luta contra a discriminação, valorização e inserção de culturas que fizeram parte da construção do Brasil na educação brasileira, está, podemos dizer, evoluindo, talvez de forma lenta, porém em constante transformação. As leis são um reflexo desta transformação.

Apesar das leis serem de fácil entendimento, ainda nos dias de hoje, pode-se perceber que não estão sendo cumpridas de forma efetiva e eficaz, desta maneira fica evidente que a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar é de fundamental importância nesta “luta”, pois como afirma Gomes:

Maior conhecimento das nossas raízes africanas e da participação do povo negro na construção da sociedade brasileira haverá de nos ajudar na superação de mitos que discursam sobre a suposta intolerância do africano escravizado e a visão desse como selvagem e incivilizado. Essa revisão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderá contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e à miséria. (GOMES, 2007, p.72).

Analisando o histórico e trajetória da implementação da lei, entende-se que é de suma importância a organização curricular bem como a capacitação do professor e o acesso a material referente a temática proposta pela lei de maneira que as escolas possam garantir mais eficiência na sua efetividade.

O material atualmente disponível em todas as escolas públicas brasileiras é o livro didático, distribuído pelo PNLD, Programa Nacional do Livro Didático. Sendo este o principal, muitas vezes, talvez o único, material didático disponível, faz-se necessário a análise e estudo deste crucial instrumento de trabalho, utilizado em salas de aula em todo território nacional, para verificar se está em consonância com as leis e de que maneira apresenta a temática da história e cultura afro-brasileira.

Sendo assim, a seguir, faz-se primordial abordar a importância do livro didático.

3. LIVRO DIDÁTICO:

No que se refere ao acesso a material pertinente, um elemento primordial para a efetivação da lei é o livro didático. Como afirma Bittencourt:

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder e expressa nos próprios currículos e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (BITTENCOURT, 1997, p. 72-73).

Sabe-se que a utilização do livro didático como apoio ao professor em sala de aula, muitas vezes torna-se o único material disponível em algumas regiões do país. Pode-se afirmar que o livro didático tem se constituído como o principal material didático utilizado no processo ensino-aprendizagem por professores e alunos, sendo este, conforme Bittencourt (2001, p.72), “o mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar do professor.” Choppin (2004, p. 553) descreve que os livros didáticos não são somente ferramentas pedagógicas, mas também suportes de seleções culturais variáveis, portadores de verdades a serem transmitidas às gerações mais jovens e meios de comunicação cuja eficácia repousa na importância de suas formas de difusão. Reforça-se assim a sua relevância como transmissor de pensamentos, doutrinas e visões de mundo.

Levando em consideração esses conceitos, é explícito a importância, o valor e o poder de influência que os livros didáticos exercem na educação dos nossos alunos.

O livro didático tem sido, muitas vezes, no Brasil, o único material de apoio e norteador do trabalho do professor em sala de aula. A importância deste material pedagógico no processo de ensino aprendizagem é fundamental para muitos estudantes das escolas públicas brasileiras.

Circe Bittencourt afirma que os livros didáticos são “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos”(Bittencourt, 2011 p. 299).

Segundo a matéria escrita por Mariana Tokarnia da Empresa Brasil de

Comunicações (EBC), O presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), Sérgio Quadros, diz que o livro didático é um valioso recurso para o desenvolvimento da educação e o acesso à cultura: “Em muitos lares brasileiros, ele é o primeiro livro, abrindo caminho para o hábito da leitura e o aprendizado”, afirma ele.

O livro didático tem suma importância para o processo de aprendizagem no desenvolvimento do ser humano como aluno. Ele é fundamental para a formação das estratégias de ensino, pois norteia o caminho a ser traçado pelo educador.

Norteia é a palavra que define a utilização do livro didático pelos professores. Machado diz:

Assim, o livro didático norteia as atividades desenvolvidas nas salas de aulas, contribuindo no tratamento didático dos saberes para embasar as práticas pedagógicas dos professores na aprendizagem dos alunos. (MACHADO, p.201, 2007).

Se o livro didático é utilizado como suporte para a aprendizagem, é indiscutível sua importância, como afirma Martins:

A importância indiscutível do livro didático no ambiente escolar pode ser facilmente compreendida em termos históricos, através da relação do mesmo com as práticas escolares. Esta importância é evidenciada pelo debate em torno da sua função na democratização de saberes legitimados e relacionados a diferentes campos de conhecimento, pela polêmica acerca do seu papel como estruturador da atividade docente[...] entre outros fatores. (MARTINS, p.118, 2006).

Para muitas crianças brasileiras o livro didático é o primeiro, senão o único livro com quem tem contato no início da vida escolar.

Na avaliação de Marcelo Soares Pereira da Silva, diretor de políticas de formação, materiais didáticos e tecnologias da educação básica do Ministério da Educação e Cultura (MEC), “o livro didático fomenta a aprendizagem, induz o desenvolvimento da leitura e da escrita e é, muitas vezes, a primeira obra escrita que chega à vida de milhares de crianças das camadas populares”.

No artigo “Em Foco: História, produção e memória do livro didático” a professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Circe Fernandes Bittencourt, coordenadora do *Livres, site* que reúne as obras escolares de 1810 a 2005 diz que, ainda hoje, o livro didático é a principal ferramenta de

professores e alunos e também ainda é o principal referencial educativo.

Sendo o principal referencial educativo é explícito a sua extrema importância e a necessidade de análise criteriosa para sua edição e circulação nas escolas brasileiras.

Bittencourt afirma também que “o livro didático possui limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado.” (BITTENCOURT, 2004 p. 301)

Sendo o livro didático o principal referencial educativo, faz-se crucial o cuidado e estabelecimento de critérios para sua edição. No Brasil foi criado o Programa Nacional do livro didático (PNLD), que tem como principal objetivo:

[...]subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. (Brasil PNLD, 2012)

O PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, é o mais antigo dos programas voltados a distribuição de livros didáticos aos alunos da rede pública de ensino brasileira. Iniciou-se com outra denominação em 1929, e ao longo desses 86 anos o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente o programa é voltado a educação básica brasileira.

Se o objetivo da distribuição de livros didáticos é subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, é imprescindível que seu conteúdo, bem como imagens, seja fiscalizado e avaliado por especialistas, pois segundo Choppin:

O livro didático, além de ser portador de uma ideologia, de um sistema de valores, de uma cultura, é igualmente uma mercadoria, um produto fabricado pelo mundo da edição que obedece à evolução das técnicas e da comercialização pertencente aos interesses do mercado, além de se constituir em um depositário dos diversos conteúdos das disciplinas curriculares e também um “instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino do seu tempo”. (CHOPPIN, 1980, p. 2)

Possuindo uma ideologia, um sistema de valores, uma cultura, como afirma Choppin, percebe-se que o livro didático tem influência direta nesses aspectos.

Pode-se entender, então, que o racismo poderia estar presente de maneira implícita ou explícita nos livros didáticos.

Partindo dessa constatação, como se apresenta o racismo no livro didático, e o que pode-se ler sobre essa problemática, realizar-se-á uma breve síntese sobre o assunto.

3.1 Racismo no livro didático:

Percebe-se que vários estudos abordam a análise do racismo no livro didático. Nessas análises pode-se encontrar relatos de que os personagens negros aparecem de maneira sucinta e em menor número se comparando a personagens eurodescendentes, além de contribuírem para a construção de uma imagem negativa e de inferioridade na criança. Severino afirma que:

Ocorre que, mesmo quando um livro apresenta algum tema relacionado a uma passagem que insira algum personagem negro, este mesmo tema aparece de forma sucinta e sem muita explicação, por vezes, trazendo algumas informações não verdadeiras, carregador de estereótipos e discriminação. Sendo assim, se não houver materiais pedagógicos de qualidade, exemplificando com maior riqueza de detalhes, a história destes personagens, os livros didáticos podem acabar acarretando na criança negra, por exemplo, uma imagem negativa e de inferioridade sobre sua história e de si mesmo refletindo na rejeição em se dizer negro, ou pertencer a este grupo, bem como, uma baixa autoestima. (SEVERINO p.21)

Sustentando a afirmação de Severino, quanto aos relatos relevantes da história cultural do negro nos livros didáticos, Munanga também diz:

Os livros didáticos usados em salas de aula nos dão a percepção que não há um relato quanto aos fatos históricos relevantes do desenvolvimento histórico-cultural do negro. (MUNANGA, 2005, p.23)

Na análise de Oliveira, a representação do negro associado à escravidão, a omissão a práticas de resistência negra, o tratamento de negros como objeto era encontrado com muita ênfase nas edições de livros didáticos publicadas no final da década de 1970 até final da década de 1990.

Oliveira (2000, p. 50), analisando livros de História publicados entre 1978 e 1998, apresenta como temas recorrentes: "trabalho negro e resistência, formação do povo brasileiro, eurocentrismo e cultura dos povos africanos".

No artigo "Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura", ROSEMBERG, F. et. Al analisam e explicam o estudo de Oliveira:

Os livros de primeira década do período de abrangência deste estudo "guardam uma maior proximidade com linhas historiográficas mais

tradicionais", que, em geral, não apresentavam o negro como sujeito histórico, mas como dependente de ação de outros. Nos livros de edição mais recente, com a utilização de outras perspectivas historiográficas, ocorreu a diminuição dessa tendência. Por exemplo, sobre a abolição, tais livros vão além da simples apresentação da Princesa Isabel e de outros abolicionistas. Mas, no geral, ainda mantêm uma homogeneidade na representação do negro. São muitas ilustrações que apresentam o negro escravo, vinculando-o à passagem daquela condição à de marginal contemporâneo, pouco trabalhando a diversidade de sua condição. (Rosemberg, et. Al, p. 5, 2003)

Desta forma, a criança que é deparada durante toda sua vida escolar com essa "deficiência" dos livros didáticos, acaba sendo prejudicada durante o período de desenvolvimento de sua identidade social e cultural. Ela acaba representando o que se apresenta no senso comum, não desenvolvendo e criando raízes próprias de sua origem e história. Segundo Silva (2002), as representações observadas no cotidiano de crianças, constituem-se no seu senso comum, elaborado a partir de imagens, crenças, mitos e ideologias, vindo a formar, então, a identidade cultural.

A consequência disto é a "normalização" do racismo pelos alunos, que acabam achando normal a discriminação, como afirma Severino:

Sendo assim, o fato de, muitas vezes, os livros didáticos utilizados em sala de aula retratarem o negro de uma forma estigmatizada origina danos ao aluno, que acha normal o racismo e a discriminação contra as pessoas negras, reforçando-se, então, idéias racistas dentro e fora da escola.(SEVERINO, p. 22).

Desta maneira, os alunos estão sendo expostos a uma distorção da sua identidade e sofrendo danos na construção de sua identidade. Sobre a construção da identidade do indivíduo, Charles Taylor diz:

"A exigência do reconhecimento adquire uma certa premência devido à suposta relação entre reconhecimento e identidade, significando este último termo qualquer coisa como a maneira como uma pessoa se define, como é que as suas características fundamentais fazem dela um ser humano. A tese consiste no fato de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira falsa, distorcida, que a restringe." (TAYLOR, 1994, p. 45)

Então, segundo Taylor, a construção da identidade é "a maneira como uma

pessoa se define e como suas características fundamentais fazem dela um ser humano”. Desta forma, qual é a importância e como se desenvolve a identidade da criança negra? A partir deste questionamento, a seguir, veremos como se dá o desenvolvimento da identidade da criança negra.

4. IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA

A escola é um meio que contribui intensamente para a formação do sujeito em todos os seus aspectos. Devido o contato diário com a diversidade cultural esses sujeitos interagem, aprendem e desenvolvem a formação da sua identidade.

Hall (2001), afirma que a identidade do indivíduo não está “resolvida”, unificada, essa identidade está sempre em um processo de construção:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Assim existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Não devemos falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 2001, p.38)

Desde a infância internalizamos modelos a partir de informações recebidas pelo meio. Desta troca, iniciamos o processo de construção da identidade, adaptando-nos aos padrões pré-estabelecidos em nossa sociedade, tais como estética, valores, crenças. Conforme afirma Vygotsky et al.(1988), as características individuais, e até mesmo nossas atitudes, estão impregnadas de trocas com o coletivo, ou seja, mesmo o que tomamos por mais individual de um ser humano, foi construído a partir de sua relação com o outro. Desta maneira a escola tem papel fundamental na construção da identidade da criança, visto que a interação com os outros é constante.

Gomes afirma que é por múltiplas formas da educação que a cultura introduz sistemas de representações acumulados por gerações e gerações:

Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão as múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações. (GOMES, p.170)

Entende-se que a educação é a base fundamental da transmissão de culturas e representações lógicas construídas no cotidiano. Essas lógicas nem sempre são favoráveis a uma construção positiva da identidade da criança. No caso da criança negra no Brasil, muitas vezes, contribui para a desvalorização da sua cultura e da

sua identidade.

Para Taylor, a identidade do ser humano é parcialmente moldada a partir do reconhecimento, ou da falta deste, ou seja, o modo como ele é representado pelos outros seres humanos pode afetar uma pessoa ou um grupo, de modo a causar sérios danos à medida que aqueles que os cercam tenham uma imagem desprezível ou desdenhosa.

Desta forma a criança negra, quando não encontra na escola o reconhecimento e valorização da sua cultura, é afetada e pode ter sérios danos, principalmente, na construção da sua identidade.

Conforme Taylor, a ausência de reconhecimento ou o reconhecimento inadequado pode ser uma das principais fontes de opressão, confinando alguém em um falso, distorcido e reduzido modo de ser (Taylor, 1994, p.26; Silvério 1999, p.44-55).

O reduzido modo de ser pode ser observado nas crianças negras que acabam se isolando e demonstram vergonha de sua origem, cor e religião. A opressão, muitas vezes de forma velada, acontece dissimuladamente nas interações com o grupo, e na ausência de conteúdos que valorizem e enriqueçam o reconhecimento da contribuição da cultura negra no nosso país.

Neste sentido, no volume 8 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas transversais e ética, pode-se encontrar, qual é o grande desafio da escola:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL, PCNs p. 32)

Entende-se que é papel da escola trabalhar intensamente a questão da superação da discriminação, valorizando a diversidade etnocultural, fazendo assim que a construção da identidade da criança negra seja de maneira positiva e dignificadora.

Por meio da análise da coleção de livro didático de história escolhidos pelo processo do PNL 2013, 2014 e 2015, de uma escola pública no município de Almirante Tamandaré: Projeto Buriti, editora Moderna, verificar-se-á se esta questão está sendo propiciada nos livros analisados e se estão em consonância com a lei

10.639/2003, que estabelece a inclusão da história e cultura afro-brasileira.

5 ANÁLISE DA COLEÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Realizou-se a análise na coleção de livros didáticos de História (Ensino Fundamental) Thahira, Rosane Cristina, Obra em 4 v. Para alunos do 2º ao 5º ano. Coleção Projeto Buriti, História, Editora Moderna, obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, Editora responsável: Rosane Cristina Thahira, Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Editora. 2º edição, São Paulo, 2011.

Todos os volumes estão divididos em nove unidades com temas diversos.

5.1 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 2º ano

O livro didático de História 2º ano, da coleção Projeto Buriti, já na unidade 1, trata do tema “Muito prazer eu sou criança”, páginas 8 e 9, e há uma proposta de leitura de imagem com questionamentos como: Observe as pessoas que aparecem na imagem, como elas são fisicamente? Elas são parecidas ou diferentes?



FIGURA 1 – Muito prazer eu sou criança: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 2º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 08 e 09

Pode-se observar que já de início os autores preocuparam-se com a questão diversidade cultural, pois pode-se ver crianças com características físicas diversas,

cabelos castanhos, ruivos, loiros, lisos, enrolados, onde dezesseis são brancos e seis são de pele morena a negra.

Choppin em seu artigo nos fala sobre algumas funções dos livros didáticos e uma delas é a função ideológica e cultural:

Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Observa-se nessa citação “elemento privilegiado de construção de identidade”, como já estudado nesse trabalho a construção da identidade é influenciada pelo material didático utilizado em sala de aula. Quando a criança se identifica com as imagens presentes no seu cotidiano ela se reconhece parte daquele meio e daquele grupo, fortalecendo sua identidade e autoestima.

Na página 13 observa-se uma linha do tempo representada por uma personagem chamada Marina, uma menina com características afrodescendentes.

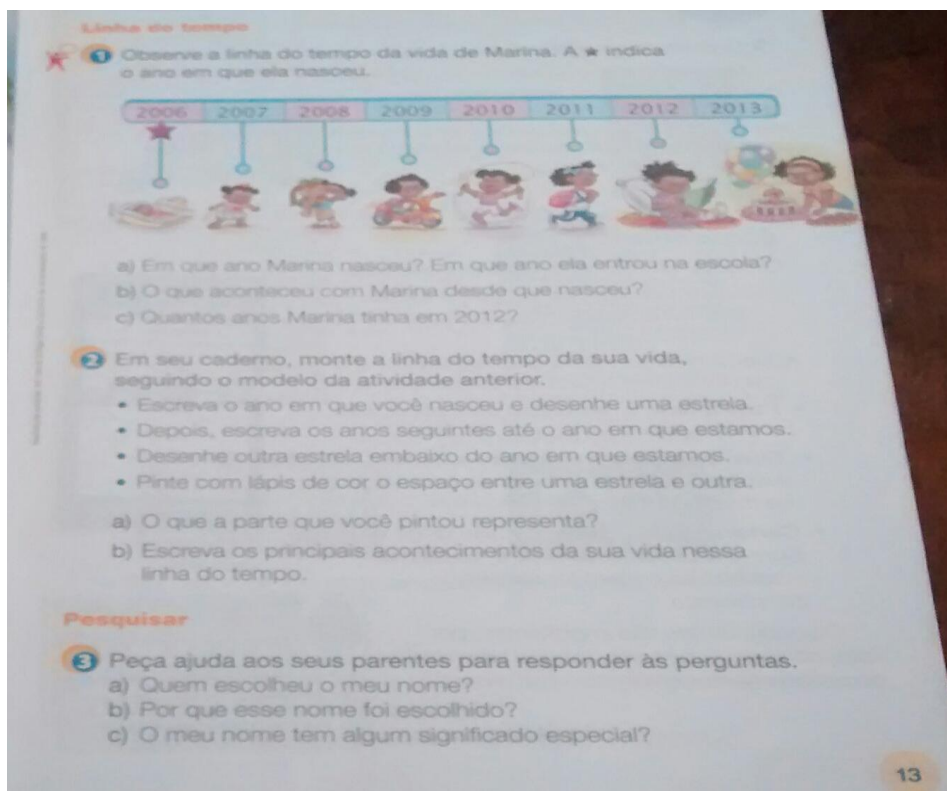


FIGURA 2 – Linha do tempo: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 2º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 13

Na página 18 encontra-se uma descrição sobre crianças barasanas, duas crianças do povo indígena barasana, do município de Manaus, estado do Amazonas.

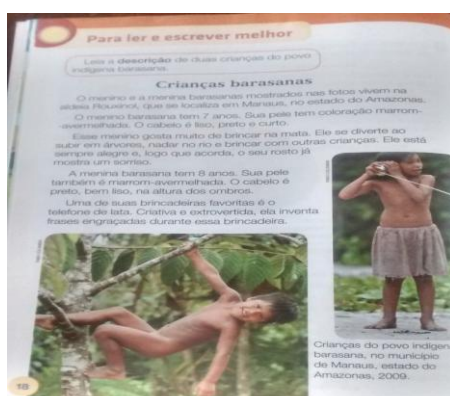


FIGURA 3 – Crianças barasanas: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 2º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 18.

Essas imagens demonstram uma preocupação com a representação da diversidade étnica do nosso país, demonstrando estar de acordo com o DECRETO

Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010 que diz respeito as diversidades sociais, culturais e regionais:

Art. 2º São objetivos dos programas de material didático:

- I - melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas;
- III - democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos; e
- V - apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.

Art. 3º São diretrizes dos programas de material didático:

- I - respeito ao pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- II - respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino;
- IV - respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e
- V - garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras. BRASIL, DECRETO Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010.

Percebe-se que o Artigo 3º, item II - respeito as diversidades sociais, culturais e regionais, foi bem contemplado nessa edição didática.

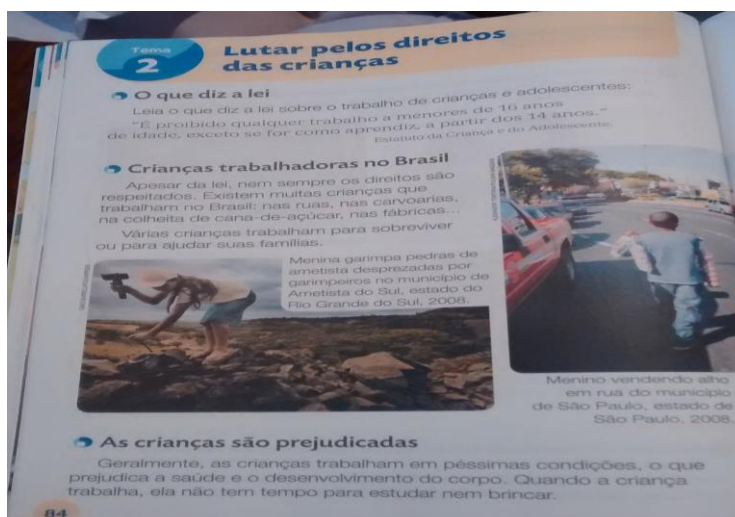
Nas páginas 80 e 81 encontramos o capítulo Temos direitos!, onde uma linda família afrodescendente é representada lendo um livro, juntos.



FIGURA 4 – Família afrodescendente: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 2º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 80 e 81.

Na página 84 o tema é Lutar pelos direitos das crianças, e a menina que representa o trabalho infantil no garimpo é de origem provavelmente européia, pois é

branca com cabelos lisos, e o menino vendendo alho nas ruas de São Paulo, provavelmente é de origem afrodescendente. Percebe-se que os autores tiveram a preocupação de fugir da representação somente do negro, porém o menino vendendo alho ainda representa o negro excluído e marginalizado, retratando a triste



realidade e utilizando o estereótipo de inferiorização.

FIGURA 5 – Lutar pelos direitos das crianças: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 2º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 84.

Neste volume verificou-se apenas uma imagem inferiorizada do negro, porém nenhuma obra de arte representando a escravidão.

5.2 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 3º ano

O livro didático de História 3º ano, também já no primeiro capítulo, páginas 10 e 11, aborda o tema "Ser solidário" onde discute aprender a conviver e aprender a respeitar. Na página 14 encontra-se um médico sendo representado por um personagem afrodescendente.

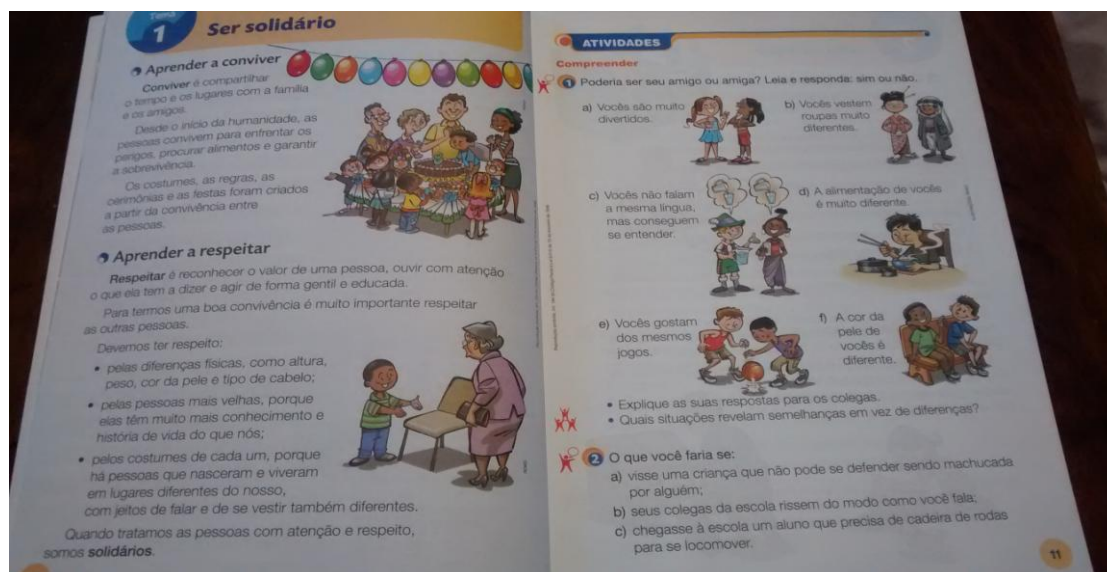


FIGURA 6 – Ser solidário: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 3º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 10 e 11

Na unidade 5 “Música também tem história, no tema 2 “A música de diferentes povos”, cita a música indígena, européia e africana com imagens de instrumentos típicos de cada origem.



FIGURA 7 – A música de diferentes povos: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 3º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 62.

Na unidade 6 “O trabalho de todos”, tema 1 “o trabalho está em todo lugar”, há uma foto de médico afrodescendente atendendo, no município de Curitiba, um paciente menino, também afrodescendente e provavelmente sua mãe de origem européia. Percebe-se a valorização e a preocupação em representar o cidadão afrodescendente em posição de igualdade na sociedade, como o médico das imagens neste livro.

Na unidade 8 “Os transportes ontem e hoje” no tema 1, páginas 98 e 99, “Os meios de transporte e o passado” encontramos uma obra de arte do pintor Jean-Baptiste Debret, 1823, “Volta a cidade de um proprietário de chácara, aquarela sobre papel. Nessa obra o negro é retratado como escravo, retrato da época em que foi representado. Entende-se a representação do momento histórico onde ocorreu a escravidão, porém os autores não representaram nenhum afrodescendente em oposição, contrária a escravidão.

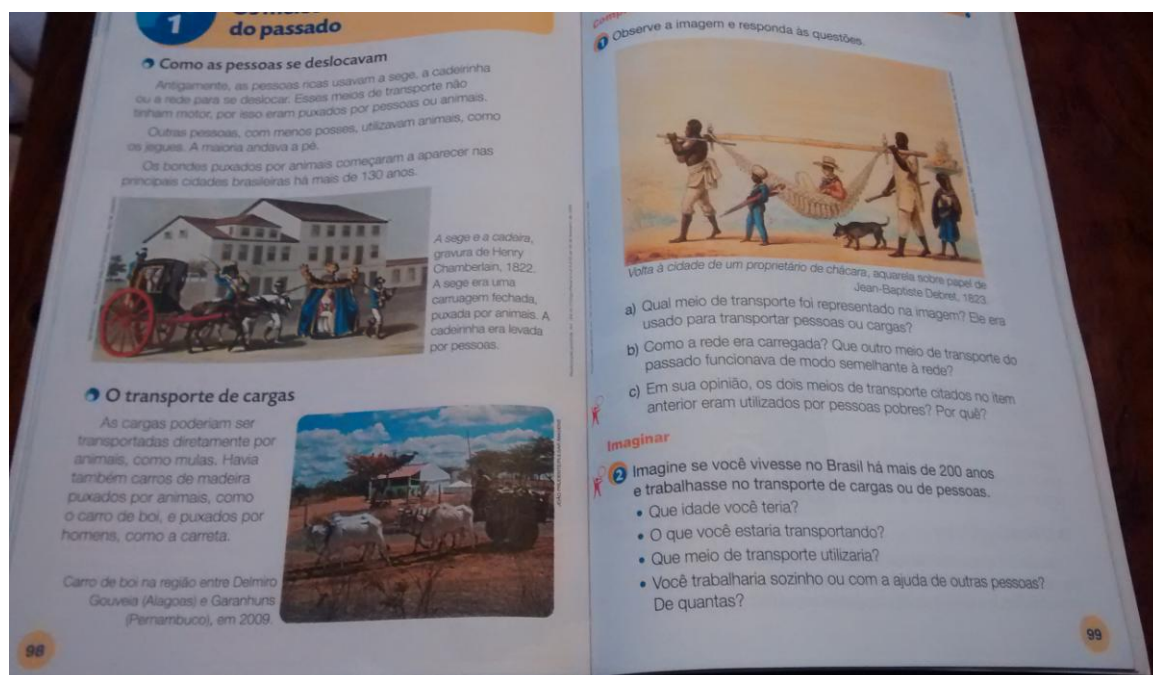


FIGURA 8 – Os meios de transporte e o passado: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 3º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 98 e 99

No tema 2” A chegada de outros meios de transporte ao Brasil não é encontrado a representação do negro, onde é mencionado o bonde elétrico e o primeiro automóvel. Os autores não representaram nenhuma imagem onde o negro estivesse na posição de proprietário de um veículo, por exemplo. No tema 3 “Invenções e inventores que mudaram o mundo, na página 103, observa-se a pintura “Cena urbana”, aquarela de Henry Chamberlain, 1818, que retrata como os negros escravizados transportavam água na cidade do Rio de Janeiro. Há questionamentos sobre a forma de transportar água, quantos homens eram necessários e qual grupo realiza um esforço menor. É preciso lembrar que no 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental o aluno ainda está construindo e estudando a história do Brasil e

ainda não sabe, a princípio, a história da escravidão e suas consequências. Nesse

ATIVIDADES

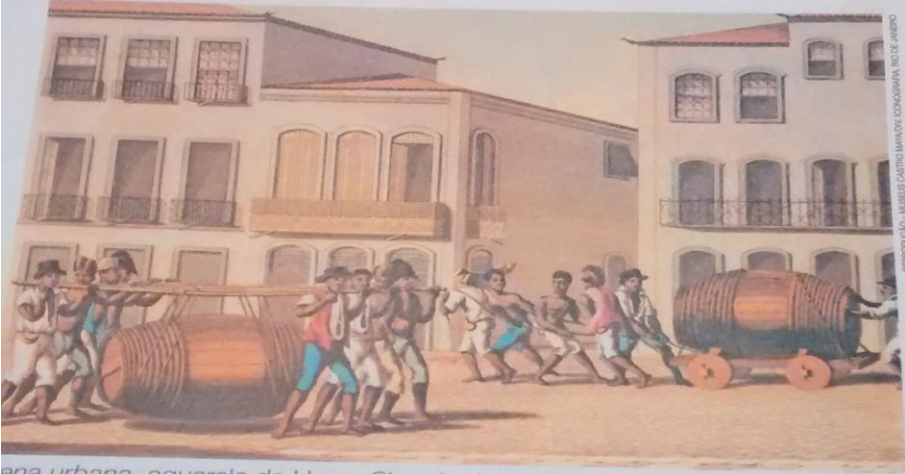
Recordar

1 Copie em seu caderno a frase relacionada à invenção da roda.

- Tornou as navegações mais rápidas.
- Facilitou o deslocamento de pessoas e cargas.
- Levou o ser humano à Lua.

Compreender

2 Observe a pintura. Ela nos mostra como os negros escravizados transportavam água na cidade do Rio de Janeiro há quase 200 anos.



Cena urbana, aquarela de Henry Chamberlain, 1818.

Como cada grupo de homens transporta a água?
 Quantos homens são necessários para realizar esse transporte em cada grupo?
 Qual grupo de homens realiza um esforço menor? Por quê?

103

capítulo, infelizmente, o cidadão negro não foi valorizado e a escravidão foi enfatizada pelas obras de arte presentes.

FIGURA 9 – Transporte de água: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 3º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 103.

5.3 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 4º ano

O livro didático de História do 4º ano, na primeira unidade aborda as grandes navegações e as conquistas das terras das Américas. Apresenta imagens das caravelas, mapa do tratado de Tordesilhas firmado por portugueses e espanhóis e os indígenas encontrados nas novas terras. A unidade 2 aborda o tema “Os povos indígenas do Brasil”, fala sobre a arte indígena, costumes, modos de vida, religião e aprendizados que os portugueses tiveram com eles como usar canoas, utilizar plantas para curar doenças, cultivar milho e a mandioca. As imagens retratam exclusivamente os índios, objetos indígenas e a aldeia.

Na unidade 3 é destinado um capítulo exclusivamente para tratar dos “povos que vieram da África”. Fala sobre a história dos povos Khoisan e Khoi-khoi, Bantos, Yorubás e Zulus, sobre a arte e um pouco sobre a tradição oral e os griots “contadores de histórias”.

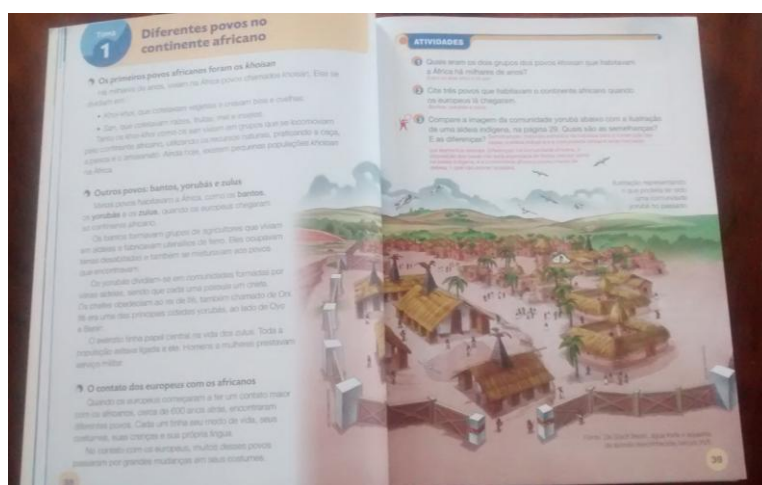


FIGURA 10 – Diferentes povos no continente africano: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 4º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 38 e 39.

Este capítulo está de acordo com o que diz a Lei 10.632/2003 alterada pela Lei 11.645/2008:

Lei 11.645/2008: altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". (lei ordinária) 10/03/2008. (BRASIL, 2008).

Contemplando assim tanto a temática da história e cultura afro-brasileira e

também indígena.

Na mesma unidade, páginas 42 e 43, o tema 3 trata da ação dos europeus na África, explicando a escravidão antes e depois da chegada dos europeus, com uma gravura representando comerciante de escravos no Congo, África, século XVIII e Gravura de Theodore de Bry, final do século XVI, representando trocas entre africanos e europeus em um ponto da costa africana. É questionado como era a escravidão na África antes da chegada dos europeus e como era depois, enfatizando que a escravidão já existia na África antes da chegada dos mesmos.

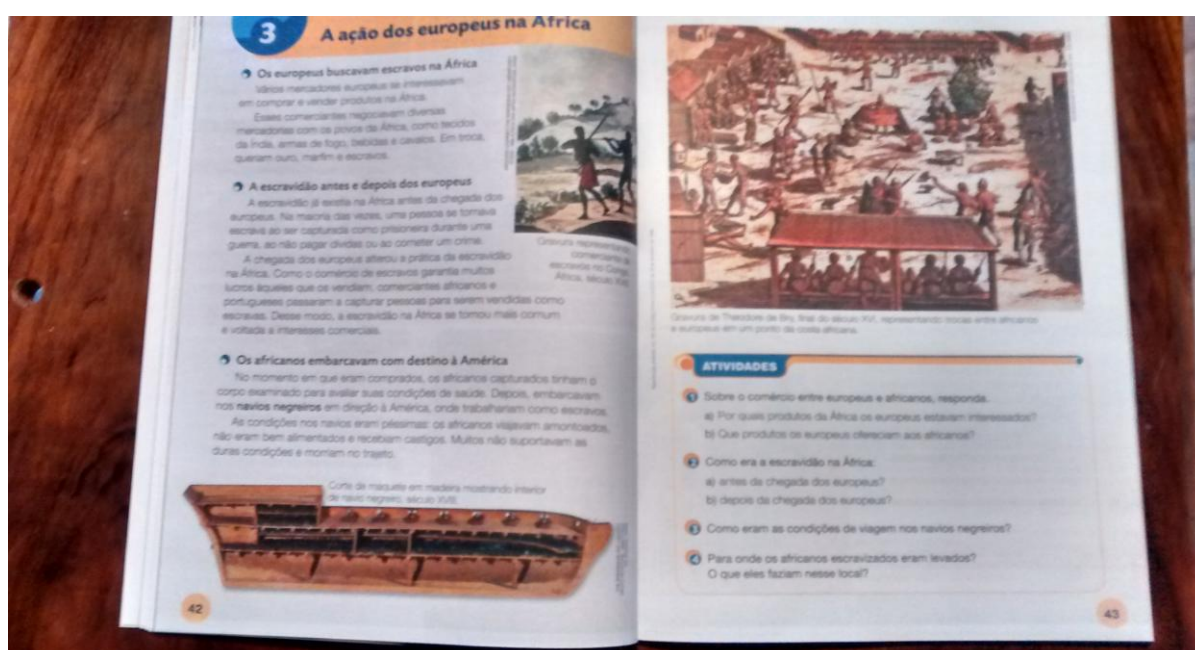


FIGURA 11 – A ação dos europeus na africa: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 4º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 42 e 43

A arte africana também é retratada com a explicação do uso das máscaras, fabricação e a máscara no ensino de valores. É citado o povo gelede que vive na atual Nigéria, onde as mulheres são muito respeitadas, principalmente as que tem mais de quarenta anos, e confeccionam máscaras de mulheres, ligado também a crença do “poder feminino ancestral”. Há também a descrição do mito africano sobre a árvore baobá e uma receita típica dos povos africanos e indígenas.

A presença da citação da arte africana, crenças e mito, contemplam a inclusão da cultura africana no currículo escolar, neste livro didático, como prevê a Lei 10.632/2003, já citada anteriormente nesta análise.

Na unidade 4, “o início da colonização portuguesa na América” fala sobre

extração de riquezas, administração da colônia e a produção do açúcar. Explica que o açúcar e os escravos enriqueceram Portugal, como era a vida dos negros escravizados e o respeito aos senhores do engenho. Uma imagem retrata os castigos sofridos pelos escravos, Castigos, litografia de Lufei & Briggs, século XIX. Representa os escravos com instrumentos de castigo: cepo, gargalheira e máscara



de flandres.

FIGURA 12 – Castigos: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 3º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 56.

A imagem traz a inferiorização do cidadão negro escravizado e humilhado, essa inferiorização pode contribuir para o comportamento de rejeição e negação dos valores culturais em preferência pelos valores culturais dos grupos eurodescendentes, valorizados neste capítulo do livro analisado, pois como afirma Silva:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA, pg 22).

Nas páginas 60 e 61 encontra-se a história da vida das mulheres na colônia. Mulheres brancas de famílias com mais posses, mulheres livres e pobres, e mulheres negras escravizadas. Nesse texto explora-se a questão social das mulheres naquela época, e as imagens retratam o cotidiano de diferentes mulheres, mostrando a diversidade social.

Na unidade 5 estuda-se sobre as vilas e cidades no Brasil colonial, e traz um texto bem interessante sobre os hábitos de higiene no Brasil colonial, onde os europeus aprenderam a banhar-se todos os dias com o costume indígena.

Na unidade 6 fala-se sobre a ocupação do sul, missões jesuíticas, imagens de moradias, criação de gado e vegetações. Na 7 sobre o vaqueiro e a pecuária, na 8 sobre o bandeirante e a busca por riquezas e disputa pelos indígenas. Na última unidade, 9 “O trabalho dos tropeiros”. Não encontrou-se nenhuma imagem ou citação da presença do afrodescendente a partir da unidade 5, porém nessa edição os autores dedicaram um capítulo especial para tratar da história dos afrodescendentes.

5.4 Análise do livro Projeto Buriti, História, Editora Moderna, 3º ano

O livro didático de História do 5º ano, já na primeira unidade, páginas 8 e 9, aborda “Viver no Brasil colônia” com uma imagem do pintor Jean-Baptiste Debret, 1823, Uma senhora de algumas posses em sua casa, aquarela sobre papel, onde retrata a senhora bem trajada com uma menina branca estudando em sua frente, crianças negras mal vestidas no chão e um rapaz e uma moça costurando, com um jovem negro servindo algo numa bandeja.



FIGURA 13 – “Ideologia do branqueamento”: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 8 e 9.

Esta imagem pode representar a ideologia do branqueamento, pois mostra uma imagem positiva da criança branca estudando e a imagem negativa do negro escravizado, mau vestido e inferiorizado. Como afirma Silva:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (SILVA p. 23)

O estereótipo do escravo negro em contrapartida do branco superior, senhor e senhora donos do saber (representado pela criança branca lendo um livro), expande a representação negativa do cidadão afrodescendente. Silva afirma que:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 1989, p 57).

No tema 3, desta unidade, estuda-se sobre a resistência dos indígenas e de negros escravizados, história da capoeira com uma bela imagem da capoeira como esporte.

Na unidade 2, “A sociedade do ouro” trata sobre a exploração do ouro e diamante. Mostra uma gravura, página 25, de John Mawe, 1812, os “Negros lavando

diamantes no Rio Jequitinhonha em Cerro Frio. Os escravos trabalhavam em canoas, caixas de madeira abertas e inclinadas no sentido do fluxo da água. Explica que a maior parte do trabalho nas minas era realizado por negros escravizados.

Nas duas primeiras unidades pode-se encontrar somente imagens do negro escravizado e desempenhando papéis subalternos, quanto a isso Silva afirma:

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto-rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial. (SILVA p. 25)

Isso quer dizer que o estereótipo do negro traz prejuízos aos alunos e pode causar auto-rejeição e ou rejeição ao seu grupo étnico racial.

A gravura apresenta dois eurodescendentes observando e fiscalizando o trabalho escravo.

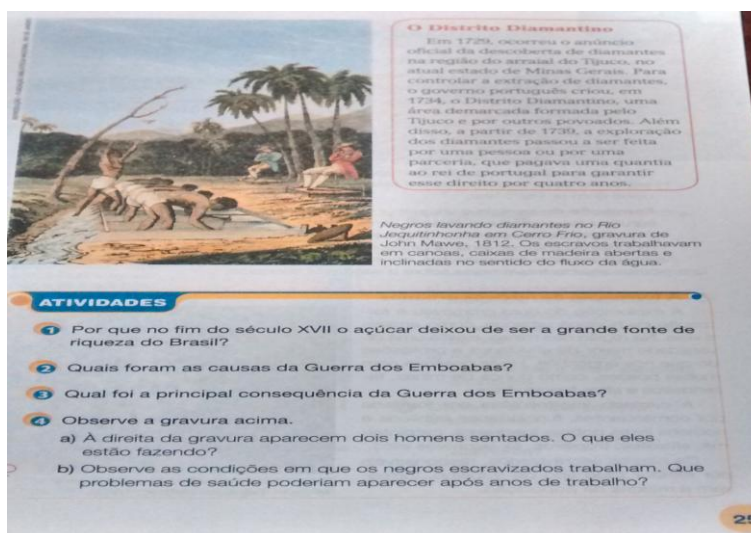


FIGURA 14 – Trabalho escravo: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 25.

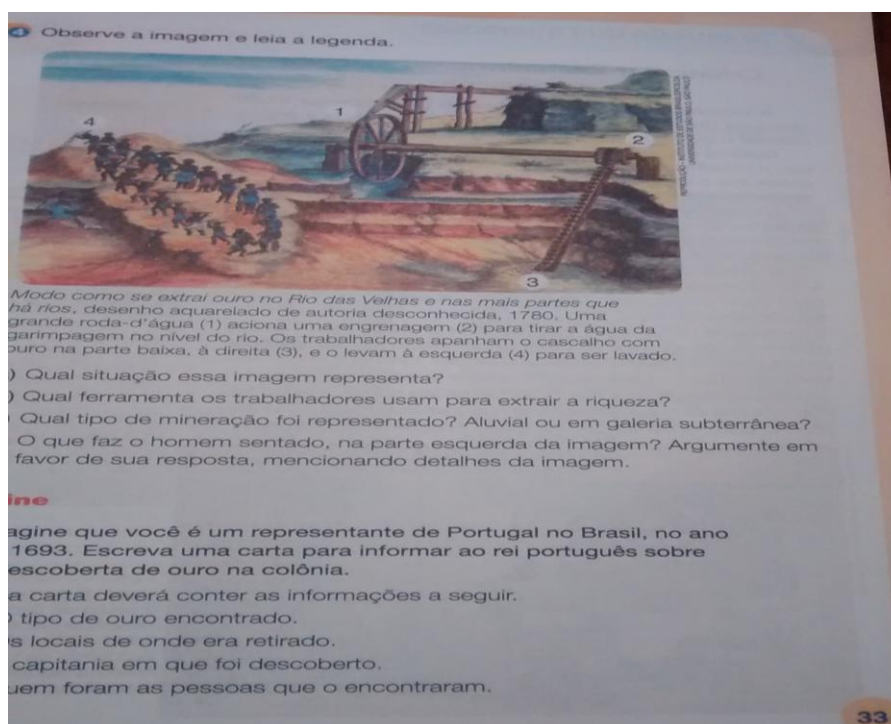
Nas páginas 30 e 31 é descrito um pouco sobre a religião e arte daquele período, onde só a religião católica era permitida, por isso as religiões africanas eram misturadas aos rituais católicos, por exemplo, orixás do candomblé, eram associados a santos católicos. Sobre a arte, os artistas Antonio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho e Manoel da Costa Ataíde, conhecido como mestre Ataíde, são citados como grandes artistas afrodescendentes do barroco mineiro.

Nesse texto diz que apesar de serem responsáveis por embelezar igrejas,

eram proibidos de frequentá-las por causa da sua pele e de sua origem. Apesar do texto valorizar esses dois grandes nomes da história afrodescendente, não encontra-se nenhuma imagem desses dois artistas, infelizmente. O reforço da imagem positiva destes dois representantes afrodescendentes contribuiria muito para a autoestima do aluno e construção da sua identidade. Porém cabe ao professor incitar em seus alunos essa visão positiva. Pois como sugere Silva:

Outra sugestão é mostrar e solicitar que indiquem obras de artistas, escritores, poetas, jogadores e pessoas da comunidade negros e negras, como meio de visibilizar o positivo, contrapondo-se ao estereótipo. Cabe ao professor, munido dessas e outras informações, demonstrar aos seus alunos que não existe correlação entre capacidade intelectual e cor da pele. E formar neles atitudes favoráveis às diferenças étnicas e raciais das pessoas com as quais convivem na sociedade. (SILVA p. 26 e 27)

Na página 33 observa-se mais uma imagem dos negros escravizados,



extraindo ouro no Rio das Velhas em Minas Gerais.

FIGURA 15 – Trabalho escravo: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 33.

Mais uma vez a imagem do negro estereotipado e inferiorizado.

Nas páginas 34 e 35 encontramos imagens sobre o trabalho infantil, com

crianças afrodescendentes.

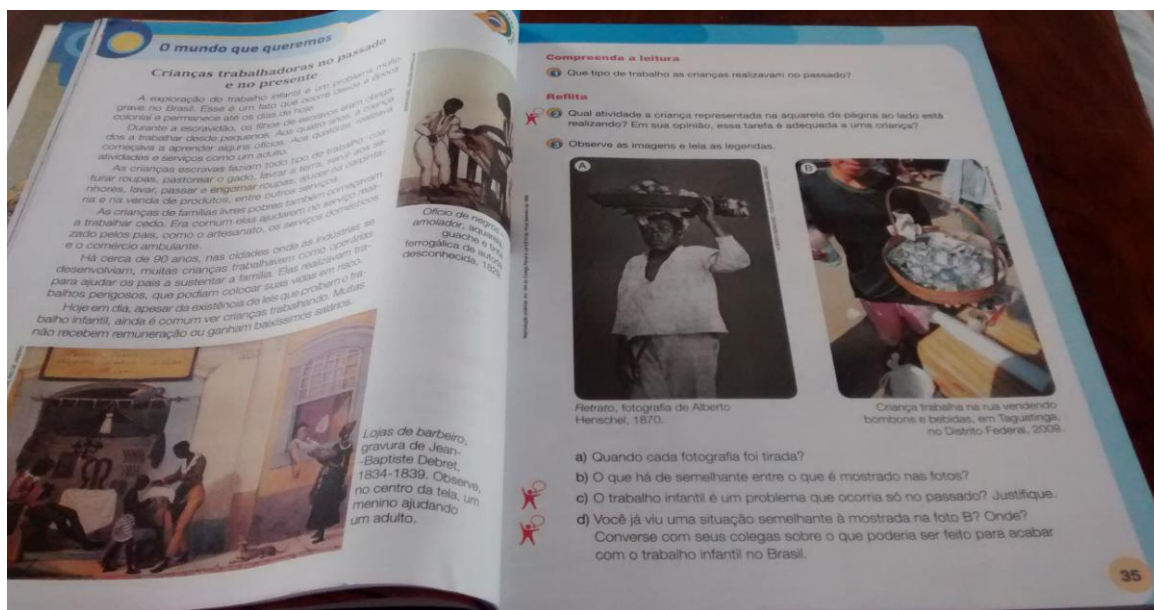


FIGURA 16 – Trabalho infantil: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 34 e 35.

Na unidade três “O processo de independência do Brasil” observa-se uma imagem de desfile de 7 de setembro, onde uma escola desfila e alunos de diversas etnias representam o grupo. Valorizou-se a imagem de uma menina afrodescendente ao lado de uma menina de origem européia. Nesta imagem o aluno que utilizará este livro didático pode se identificar com alguns destes personagens representados na imagem. Esse é um ponto positivo desta unidade.

Já na unidade quatro “O início do Brasil independente”, páginas 50 e 51, a imagem retrata o imperador e a imperatriz andando numa rua onde são aclamados pela população. Pessoas de origem européia são representadas de forma a demonstrar que eram a elite da sociedade, e os afrodescendentes representados como serviçais e escravos.

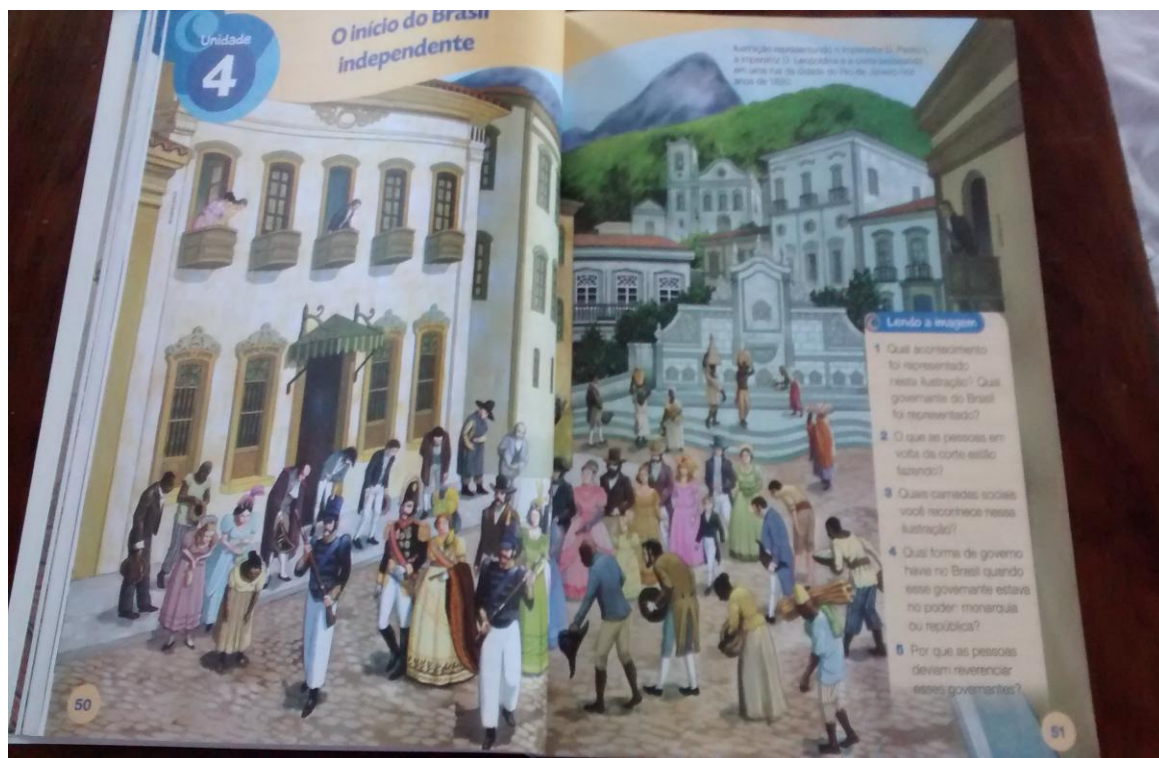


FIGURA 17 – Início do Brasil independente: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 50 e 51.

Na página 53, a escravidão foi retratada pela obra de Jean-Baptiste Debret, onde podemos ler que a escravidão foi mantida após a independência, e os negros escravizados continuavam sendo a mão de obra mais utilizada no Brasil. Essa imagem mostra a crueldade como eram tratados os escravos, que aparecem acorrentados uns aos outros para não fugirem. Aquarela de Jean Baptiste Debret, 1834, negros acorrentados.

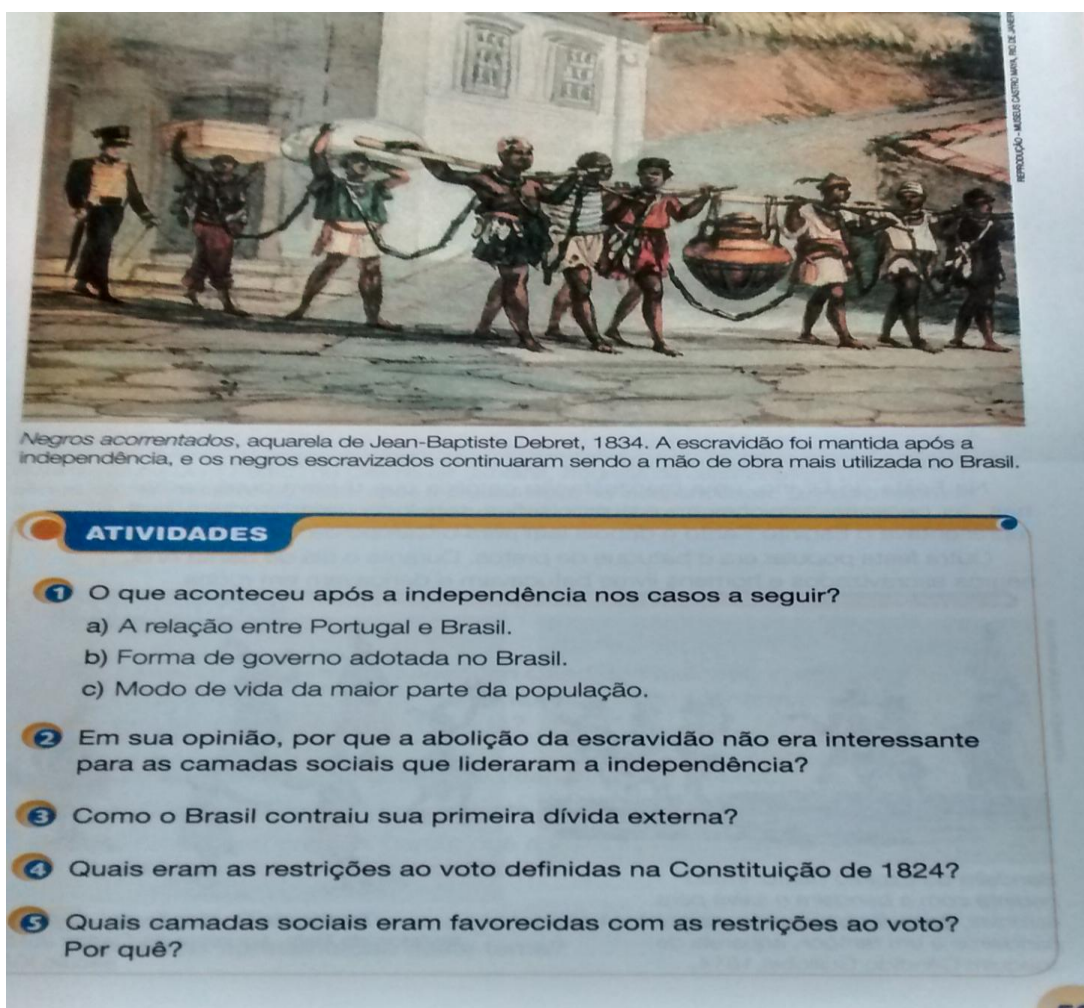


FIGURA 18 – Negros acorrentados: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 53.


No tema 2 desta unidade “As festas no tempo do império”, citam as festas cívicas, as festas privadas e as festas populares. Explica que as festas populares aconteciam nas ruas ou em praças públicas e muitas estavam ligadas a tradições religiosas e festas de santos. Aparecem duas imagens representando essas festas, uma da festa do Divino onde somente eurodescendentes aparecem bem trajados, desfilando, e outra, Festejos de Reis, onde pessoas negras trajadas de maneira simples e assemelhando-se a vestimentas de uma tribo, com adereços de penas na cabeça, com instrumentos de batuque, dispostos em formação de roda.

Tema 2 **As festas no tempo do império**


● **As festas cívicas**
A primeira festa cívica do Brasil após a independência foi a festa de aclamação de D. Pedro I. Com essa festa, a população reconheceu que D. Pedro I era o imperador. A coroação de D. Pedro I aconteceu na Capela Imperial, na cidade do Rio de Janeiro. Dela só puderam participar pessoas ricas, políticos e membros da Igreja Católica.

● **As festas privadas**
As festas privadas aconteciam nas casas, nos palacetes ou no palácio imperial. Nem todas as festas privadas eram festas de pessoas mais ricas. Algumas danças praticadas em salões de palácios se transformaram em danças populares. É o caso da quadrilha, a dança das festas juninas. Os movimentos coreografados eram comandados por mestres franceses nos salões do palácio imperial. Os movimentos foram adaptados pela população e se transformaram nos famosos "caminho da roça" e "trocar de damas".

● **As festas populares**
As festas populares aconteciam nas ruas ou em praças públicas. Na Festa do Divino, uma manifestação católica que durava duas semanas, as pessoas caminhavam em procissões seguindo uma bandeira que representava o Espírito Santo e depois iam para o Campo de Santana. Outra festa popular era o batuque de pretos. Durante o dia de Santa Ana, negros escravizados e homens livres batucavam e dançavam em rodas.



Bandeira do Espírito Santo: irmão pedinte com a bandeira e salva para esmolas, com duas guitarras, dois pandeiros e um tambor, aquarela de Joaquim Cândido Guillobel, 1814.



Detalhe de Coroação de um rei nos festejos de Reis, aquarela de Carlos Julião, século XVII.

54

FIGURA 18 – As festas no tempo do império: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 54.

No tema 3 “O período regencial fala sobre o fim do primeiro reinado, os regentes e a presença do escravo no cotidiano. O texto explica que eles eram responsáveis pelos trabalhos manuais, pois esse tipo de serviço era considerado degradante. Também fala sobre a escravidão de ganho, onde os escravos trabalhavam como ambulantes, vendedores, artesãos, transporte de cargas e pessoas, barbeiro, marceneiro, sapateiro, etc, e ao fim do dia deveria entregar uma quantia previamente combinada ao seu senhor. Se o escravo conseguisse mais do que havia combinado, o dinheiro que sobrava podia ser guardado para acumular e

comprar sua liberdade.

Na página 59, mais uma obra de Jean-Baptiste Debret, retrata os escravos domésticos. O texto informa que nas residências das pessoas mais ricas, os escravos domésticos cuidavam do lar, supervisionados pela esposa do senhor. Na imagem os negros estão servindo, costurando e cuidando de criança. Nos questionamentos referentes a esse tema não encontra-se nenhuma pergunta que faça o aluno refletir sobre a escravidão e suas consequências. As perguntas são somente para verificar se o aluno entendeu a diferença entre escravidão de ganho e escravos domésticos.

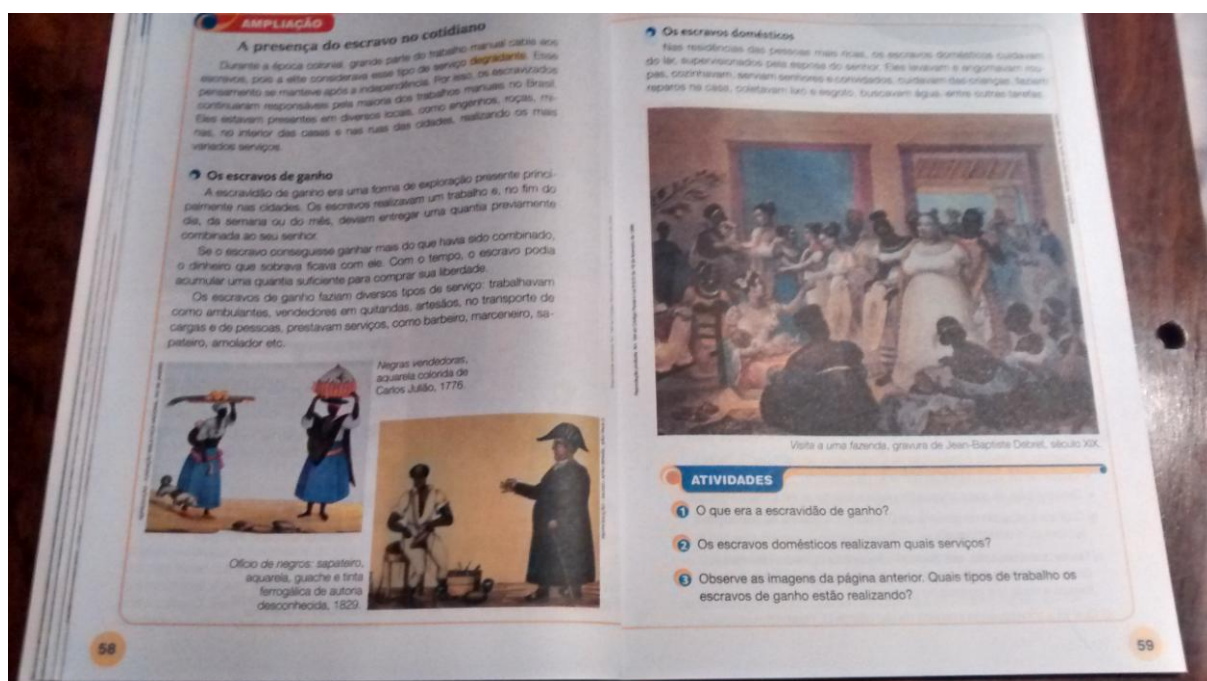


FIGURA 19 – Escravos domésticos: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 58 e 59.

Na unidade cinco “O governo de Dom Pedro II, no tema 2 fala sobre “A riqueza gerada pelo café. E mostra negros escravizados trabalhando na secagem de café. O texto diz que as lavouras de café precisavam de uma grande quantidade de trabalhadores, por isso muitos africanos escravizados foram trazidos para o Brasil na primeira metade do século XIX. Porém em 1850 o tráfico de africanos escravizados foi proibido, então os fazendeiros começaram a buscar escravos no nordeste e incentivar a vinda de imigrantes. Porém os imigrantes não eram escravizados, recebiam salário e eram chamados de trabalhadores assalariados.

Neste capítulo também não encontramos nenhum questionamento sobre os imigrantes ganharem salário e os negros continuarem mantidos escravos.

O tema 3 trata-se do fim do “Segundo Reinado”, a luta pelo fim da escravidão, as várias etapas até a abolição da escravidão, e a chegada da república. O texto diz que a abolição da escravidão só se tornou possível porque era cada vez maior o número de escravos que lutavam pela liberdade. Cita também o movimento abolicionista, que contava com a participação de escravos libertos, militares, advogados, jornalistas, estudantes, entre outros.

De maneira resumida as etapas até a abolição são citadas nesta unidade:

“O primeiro passo para o fim da escravidão ocorreu em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Com essa lei, o tráfico de africanos escravizados foi proibido, apesar disso, muitos continuaram chegando ao Brasil de forma clandestina.

Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de escravos nascidos a partir daquela data.

Em 1885, foi assinada a Lei dos Sexagenários, que libertava todos os escravos com mais de 60 anos.

Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, determinando o fim da escravidão. “(Projeto Buriti, História, 5º ano, pg 68)

Essas informações são expostas de maneira direta e objetiva, não trazendo oportunidade para reflexão do aluno.

Apesar de tratar de forma sucinta o processo da abolição, neste tema encontramos a imagem de dois afrodescendentes importantes na história do Brasil que contribuíram com o movimento abolicionista: José do Patrocínio, jornalista que lutou pelo movimento abolicionista e também Luiz Gama, advogado que conseguiu a alforria para mais de 500 escravos.

Na página 70 e 71 encontra-se a explicação sobre o dia da Consciência Negra e como surgiu a criação desta data tão importante para representar os afrodescendentes do Brasil. O texto enfatiza a importância dos quilombos e a história de Zumbi dos Palmares, e explica o porque escolheram a data da sua morte para representar o dia da Consciência Negra.

Os questionamentos levam o aluno a refletir sobre o objetivo dessa celebração. Propiciando o que está previsto na lei e contrapondo-se ao estereótipo, como afirma e sugere Silva:

Outra sugestão é mostrar e solicitar que indiquem obras de artistas, escritores, poetas, jogadores e pessoas da comunidade negros e negras, como meio de visibilizar o positivo, contrapondo-se ao estereótipo. Cabe ao

professor, munido dessas e outras informações, demonstrar aos seus alunos que não existe correlação entre capacidade intelectual e cor da pele. E formar neles atitudes favoráveis às diferenças étnicas e raciais das pessoas com as quais convivem na sociedade. (SILVA p. 26 e 27).

A unidade seis trata do começo da república e na página 76 pode-se ler que o estabelecimento da república não trouxe grandes mudanças para a maioria da população, formada por ex-escravos. Que após a abolição da escravidão, não houve uma política para integrá-los a sociedade, levando-os a formar a camada mais pobre e marginalizada da população.

Esta unidade também fala sobre os imigrantes, o poder dos fazendeiros, os anos 1920 e a revolução das mulheres, porém mais nenhuma imagem de afrodescendente ou referência a pós escravidão.

Na unidade sete estuda-se da Era Vargas a João Goulart. Na unidade oito a ditadura militar: militares no comando do país, o crescimento das cidades e indústrias, as manifestações culturais, a abertura política com o fim do regime militar, o movimento das Diretas já e a constituição de 1988. Nenhuma imagem de afrodescendente aparece nessas duas unidades.

Na página 114 uma ampliação de conteúdo é proposta com o tema “o futebol e a ditadura militar”. O texto faz críticas a estratégia de camuflar a repressão no governo de Médici, associando o regime militar a seleção brasileira de futebol. Na página 115 aparece a foto do jogador Pelé, levantando a taça da vitória, ao lado do presidente Médici, conquistada na Copa do Mundo realizada no México. Pelé, cidadão afrodescendente é uma grande referência no esporte e uma ótima referência para o professor enfatizar e questionar sobre outras figuras afrodescendentes importantes no nosso país!

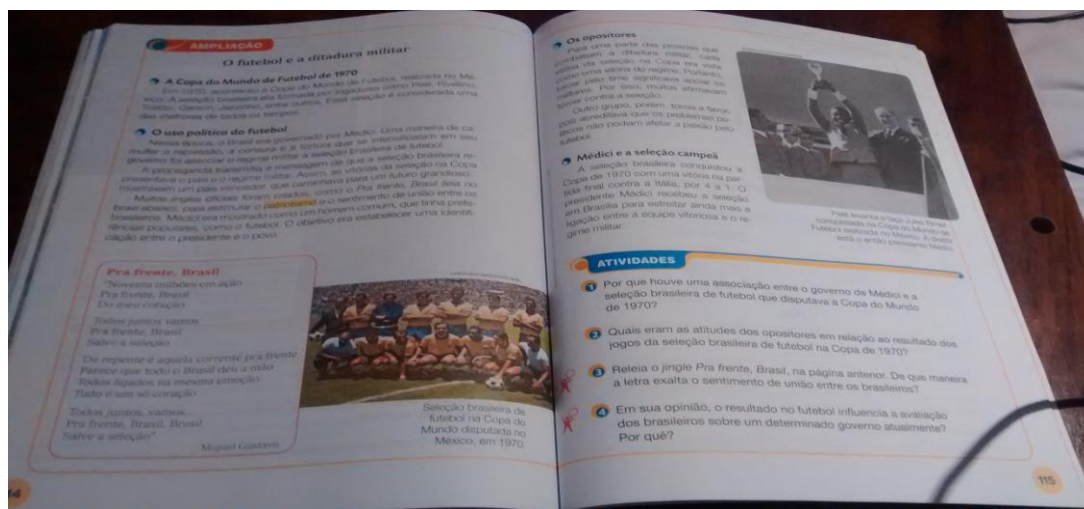


FIGURA 20 – O futebol e a ditadura militar: Projeto Buri: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5º. Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 114 e 115.

Na unidade nove estuda-se sobre as eleições e governos democráticos como o governo Collor, governo Itamar Franco, eleições de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, de maneira bem sucinta e objetiva. Finalizando este livro didático encontra-se a proposta de ampliação de estudos: “Internet: a grande teia, mundo virtual”. Podemos observar que as imagens presentes representam a diversidade cultural e étnica presente em nosso país, pois aparecem cidadãos afrodescendentes, eurodescendentes, e asiáticos. O texto é basicamente informativo sobre como surgiu, funciona e para que serve a internet.

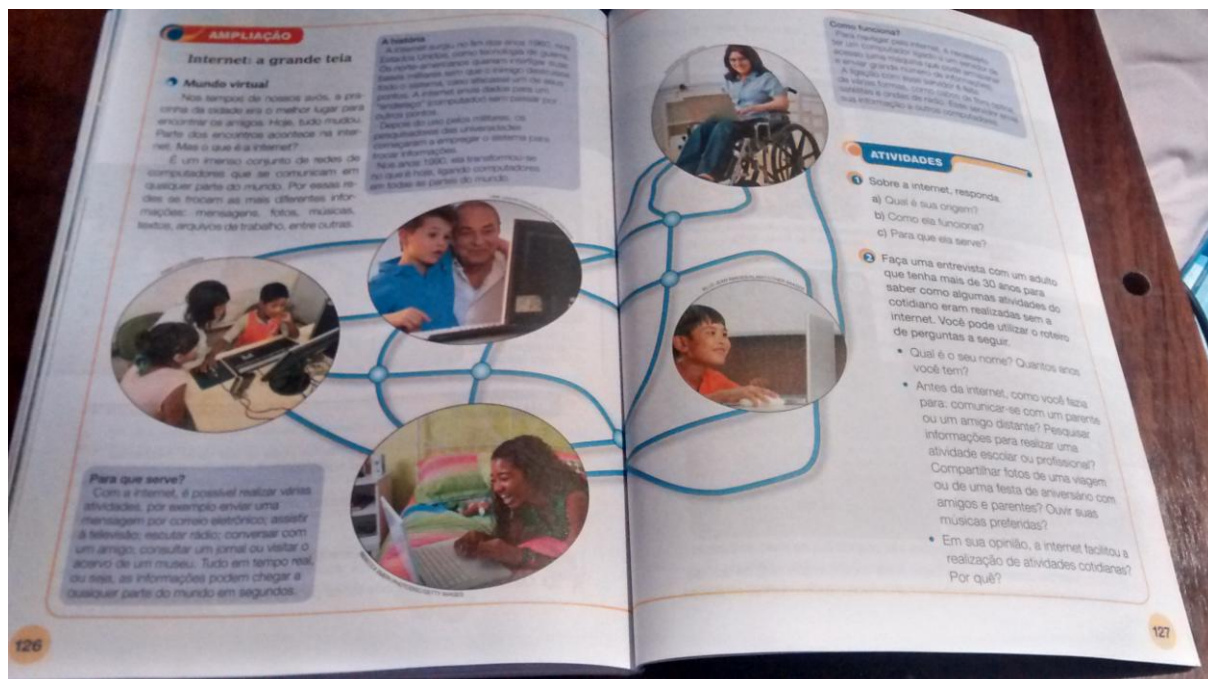


FIGURA 21 – Internet: Projeto Buriti: história / organizadora Editora Moderna, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, 2. ed., 5.º Ano. São Paulo: Moderna, 2011, p. 126 e 127.

Finalizando a análise dos dados observados nesta pesquisa, o livro didático ainda tem um caminho longo a percorrer no que se refere a uma educação antirracista, embora perceba-se que já esteja trilhando esse caminho, pois há pequenos avanços, porém positivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise realizada nos livros didáticos propostos neste trabalho, percebe-se que obtiveram-se algumas evoluções nas representações dos cidadãos afrodescendentes e nas citações da história e cultura afro-brasileira. Após doze anos da promulgação da Lei 10.613/2003, pode-se observar que a editora dos livros didáticos analisados preocupou-se em proporcionar algumas reflexões principalmente nos livros de 2º e 3º ano, onde encontra-se questionamentos sobre as diferenças, diversidade e observação do outro.

Porém nos livros do 4º e 5º ano poderia ter proposto mais questões para reflexão principalmente quanto a história da escravidão, que foi bem citada nesses dois livros, inclusive com imagens de obra de arte representando o negro escravo no cotidiano, em trabalhos considerados inferiores e castigos.

Na apresentação do livro “Superando o racismo na escola” organizado pelo professor do Departamento de Antropologia da USP, Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga afirma que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, pg15)

Se a memória não pertence somente aos negros e a cultura é fruto de todos os segmentos étnicos, como afirma Munanga, o livro didático contribui efetivamente para a formação da identidade nacional.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar e verificar se realmente a queixa dos professores quanto a falta ou escassez do material didático de história atual, em consonância com a inclusão da história e cultura afro-brasileira, recebido por uma escola pública, é pertinente e ainda persiste após 10 anos da promulgação da lei 10.639/2003. A conclusão a que se pode chegar é que a inclusão da história e cultura afro-brasileira está inserida nos livros didáticos analisados, porém de

maneira sintética e enfatizando a história da escravidão. Apesar dessa conclusão, também percebeu-se que já pudemos encontrar temas sobre a diversidade e as diferenças nos livros do 2º e 3º ano.

Nos objetivos específicos pode-se verificar que esse conteúdo é abordado, porém de forma sintética, com o tema diversidade, história e cultura afro-brasileira e está dentro dos parâmetros que a lei 10.639/2003 prevê.

Pode-se identificar conteúdos, principalmente nos livros de 4º e 5º ano sobre a inferiorização do negro e diversas imagens de obras de arte que induzem ao menosprezo e inferiorização do negro na história do Brasil.

O que pode-se observar a partir das análises realizadas é que os livros didáticos ainda não trazem discussões realmente significativas e reflexivas sobre as questões étnico-raciais, e estão, digamos, “preparados”, e adequados para somente atender o que diz a proposta da Lei 10.609/03, ou seja, cumprir o que está instituído em lei.

O caminho é árduo e longo para evoluirmos numa questão que deveria ser só uma questão de respeitar o próximo independentemente de gênero, cor, classe social, religião ou qualquer diferença. Cabe ressaltar que o papel do professor é fundamental na construção dessa consciência de respeito verdadeiro ao próximo, pois como afirma Munanga:

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, pg 18 e19)

No Prefácio a 2ª impressão do livro “Superando o racismo na escola”, o presidente daquela época no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, escreve objetivamente sobre os currículos e livros escolares:

É indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. Mais do que isso. É indispensável que reflitam, em sua plenitude, as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileira. Ignorar essas contribuições – ou não lhes dar o devido reconhecimento – é também uma forma de discriminação racial. (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,

Presidente da República, 2000, Pg 9)

Como escreveu o ex presidente, é indispensável que reflitamos sobre as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileira. Cabe a nós educadores plantarmos as sementes para que germinem num futuro de respeito e valorização do ser humano independentemente de qualquer diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI 11.645/2008: **Lei ordinária** – 10/03/2008. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.645-2008?OpenDocument Acesso em: 11/10/2014.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 – **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História** e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992 Acesso em: 11/10/2014.

BRASIL. PCNs **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais, volume 1** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Acesso em 15/10/2014: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRASIL. PCNs **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética, volume 8** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BITTENCOURT; *Circe Maria F*, **Artigo: Em Foco: História, produção e memória do livro didático**, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a07v30n3.pdf>, acesso em 27/03/2015.

BITTENCOURT, C. M. F; **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortês, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Produção didática de história: trajetórias de pesquisas**. Rev. hist.[online]. 2011, n.164, p. 487-516. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n164/n164a20.pdf>. Acesso em 25 de março de 2015.

CHOPPIN, Alain. **O manual escolar: uma falsa evidência histórica. História da Educação/ ASPHE**, n. 27. Tradução Maria Helena Câmara Bastos. Pelotas: FAE/ UFPel., jan./abr, 2009, p. 9-76.

CHOPPIN, A. **“História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da artell”** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2014.

JOVINO, Ione da Silva. **Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Capítulo V. p. 179-217.

MACHADO, Nilson José. **Educação e cidadania. Ensaio transversais: cidadania e educação**. São Paulo, SP: Escrituras Editora, 2. ed., 2007, 201p.

MARTINS, Isabel. **Analisando Livros Didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso**: Compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. *Revista Pro-Posições*, v. 17, n. 1 - jan./abr. 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. 204 p.

OLIVEIRA, M. A. de. **O negro no ensino de história: temas e representações**. 2000. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, R. **Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção**. 1992. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.

PROJETO BURITI: **História** / obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna – Editora responsável Rosane Cristina Thahira, Obra em 4 v. para alunos do 2º ao 5º ano, 2ª Ed. – São Paulo: Moderna 2011.

ROSEMBERG, F. et. al. **“Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura”** Fundação Carlos Chagas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Educ. Pesqui. Vol.29 no.1 São Paulo Jan./June 2003. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100010. Acesso em 03/04/2015.

SEVERINO, Renata Alexandre, **A formação da identidade da criança negra no contexto escolar**, Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Psicólogo no curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, junho 2010. Disponível em:
<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000044/00004417.pdf>, Acesso em 02/04/2015.

SILVA, Ana Célia da. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro**

de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I. Projeto de pesquisa. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, nº 63, 96-98, São Paulo, 1987, p.96-98.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da, **Dia do Livro Didático motiva Celebração,** disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12159:dia-do-livro-didatico-motiva-celebracao&catid=211, acesso em 27 de março de 2015.

TAYLOR, Charles. [Org]. **Multiculturalismo. Lisboa:** Instituto Piaget, 1998.